

Governo tenta três adesões no Senado para maioria melhorar

Oposição resolve fiscalizar tudo

O Senador Mendes Canale (PP-MS) e Itamar Franco (PMDB-MG) mostraram, na última semana, que o Governo terá de fazer concessões no futuro, pois dificilmente voltarão a ser realizadas sessões e votações fantasma, que eram tão frequentes no passado.

Logo após a Semana Santa, o Senador Mendes Canale propôr à bancada do Partido Popular no Senado que seja exigido o andamento de vários projetos que, por interesse do Governo, continuam engavetados nas Comissões Técnicas. Um deles, por exemplo, do Senador Franco Montoro (PMDB-SP), altera o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

EMBAIXADOR

No início de março último, o

Senador Itamar Franco apresentou requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre a sistematica de promoções dos diplomatas.

A exemplo do que já aconteceu com vários requerimentos seus, este não teve o necessário andamento e, segundo tomou conhecimento, dificilmente seria respondido.

Na primeira reunião da

Comissão de Relações Exteriores,

que examinaria a indicação de

dois embaixadores, estavam

presentes apenas ele e o Senador Saldanha Derzi (MS), o vice-líder do PDS para o setor de

Comissões. Como no passado, o Sr Derzi informou que mandaria recolher as assinaturas dos outros senadores. O Senador Itamar, porém, não concordou.

Na última legislatura, quando era presidida pelo Senador

Daniel Krieger (ex-Arena-RS), a

Comissão de Relações Exteriores

chegou a exigir a presença

dos diplomatas para sabatiná-

los, de acordo com o Regime-

Isto agora, porém, acontece raramente.

Os prazos das Comissões Téc-

nicas, estipulados em Regimen-

to, portanto na lei, inexistem.

Há projetos, como o do Senador

Montoro, alterando o Conselho

de Defesa dos Direitos da Pe-

ssoa Humana ou o do Senador

José Sarney (PDS-MA) sobre o

voto distrital, que estão com os

relatores há quase um ano. Não

é raro encontrar-se no corredor

um servidor atrapalhado por-

que o gabinete deste ou daque-

le Senador não sabe onde foi

parar um projeto.

DESMORALIZAÇÃO

As sessões fantasma — as de

recolhimento de assinaturas —

tornaram-se cada dia mais fre-

quentes nas Comissões Mistas.

Há diversas explicações para

isto. A principal, talvez, é de

que o resultado de Comissão

Mista não tem, na realidade,

maior significado. A emenda do

Deputado Edison Lobão (PDS-

MA), restabelecendo as eleições

diretas para Governador e Vice,

foi aprovada por unanimidade.

No plenário, só um representa-

nte do PDS, o Sr Lobão con-

firmando seu voto.

É comum se ouvir que na

Comissão o voto é técnico, no

plenário é político. Ainda esta

semana, o líder do Governo na

Câmara, Deputado Nelson Mar-

chezan (RS), indagado se havia

possibilidade de ser confirmado

o parecer de Comissão Mista fa-

vorável à emenda acaba-

ndo com os municípios de

segurança nacional e determi-

nando que fossem realizadas

eleições, limitou-se a per-

gunhar:

“Qual é a emenda que não

passa na Comissão?”

As grandes discussões nas

Comissões Mistas são muito ra-

ras. Em 95% dos casos, elas

ocorrem quando os meios de

divulgação emprestam impor-

tância à matéria. Os temas eco-

nômicos e sociais raramente

chegam a ser discutidos. Esta

semana, por exemplo, foi aprova-

da proposta do Deputado

Manoel Gonçalves (PP-CE) de-

terminando que 1% dos recur-

sos da União sejam obrigatori-

amente transferidos para o Ban-

co do Nordeste. A sessão foi

fantasma.

O PDS conseguiu aprovar os

Embaixadores na Comissão,

mas o Senador Itamar transfe-

riu sua luta para o plenário. Fez

sucessivos pedidos de verifica-

ção de quorum, até que a ban-

cada do Governo cedeu e o Mi-

nistro Saraiva Guerreiro com-

pareceu a Comissão para ser

interpelado.

O Senador Mendes Canale e o

Itamar Franco tem controlado,

juntos, as votações secretas.

Nos anos anteriores era do co-

nhecimento geral de que o quo-

rump exigido — 34 senadores —

foi, muitas vezes, alcançado pe-

los tocadores de piano, ou seja

os que saiam apertando os bo-

tões de votação em mesas dife-

rentes. Em princípios de março,

o Sr Canale, em tom amigável,

disse numa roda de Senadores,

que “este ano ninguém toca

mais piano”. Até o momento

ninguém tocou.

EXTENSÃO

A fiscalização do plenário se

estenderá, a partir da Semana

Santa, às Comissões Técnicas,

de acordo com entendimentos

mantidos entre os líderes do

Partido Popular e do PMDB.

Senador Gilvan Rocha (SE) e

Paulo Brossard (RS). A rigor, só

uma Comissão funciona efeti-

vamente, que é a de Justiça.

As outras podem ou não se

reunir corretamente. A de Le-

gislação Social e a de Finanças

chegam a ter número, ocasio-

nalmente, mas quase sempre os

seus secretários saem pelos cor-

redores recolhendo assinatu-

ras. Em 80% dos casos, os pare-

ceres sobre os projetos não são

preparados pelos parlamenta-

res, mas por uma assessoria e

os seus autores trocados na ho-

ra, conforme quem esteja na

comissão.

Brasília — A liderança do Governo no Senado está alimentando esperanças de que mais dia menos dia os Senadores Alexandre Costa (MA), Hugo Ramos (RJ) e Dirceu Cardoso (ES) terminem por aderir ao Partido Democrático Social e com isto possa o líder Jarbas Passarinho readquirir a relativa tranquilidade dos tempos em que sua bancada tinha 41 senadores em vez dos 37 de hoje.

Com três votos apenas acima do quorum mínimo para as votações, a liderança do Governo não se tranquiliza, porque não sabe o que vai acontecer com o mais inocente dos projetos do seu interesse. No Congresso, nem mesmo a votação da emenda do divórcio, reuniu a totalidade dos senadores.

Quatro sessões

Um caso típico foi o que na semana passada com o pedido de autorização para o Presidente João Figueiredo ausentar-se do país para um encontro no Paraguai com o Presidente Alfredo Stroessner. Foram precisas quatro sessões para que o Sr Jarbas Passarinho conseguisse ter no plenário número válido para votar e assim mesmo porque a oposição não se retirou, pois o líder Paulo Brossard (PMDB-RS) limitou-se a algumas ressalvas quanto à mensagem presidencial, mas permaneceu no plenário, junto com todos os demais representantes dos Partidos oposicionistas.

O episódio dá uma idéia exata do desafio que a liderança tem pela frente para o desempenho do “pesado encargo”, segundo a expressão do Sr Brossard, de defender o Governo.

Uma caçada

O problema de quorum no Senado, entre tanto, não é de hoje. Apenas agora está se tornando mais crucial na dupla razão em que a bancada governista diminuiu e em que os oposicionistas se mostram dispostos a pedir verificação de forma sistemática, conforme já fizeram ver os Srs Itamar Franco (PMDB-MG), Dirceu Cardoso e o próprio Sr Brossard.

Antes do pluripartidarismo já havia ocorrido cenas de corre-corre em busca dos ausentes. Um dos mais recentes foi quando se votava o projeto que autorizava a alienação de terras à firma Andrade Gutierrez, no Pará. Depois de muitos adiamentos, só depois de uma verdadeira caçada, o líder do Governo conseguiu fazer número no plenário. A Senadora Eunice Michilis (AM) teve que ser chamada no cabeleireiro. Somente os que não se encontravam em Brasília não puderam ser levados, e estes não são poucos.

Uma piada

Um deles, o Senador Vicente Vuolo (MT), é de aparecimento tão raro que, na última semana, quando o Sr Itamar Franco estranhava a falta de quorum para votar seu requerimento de convocação do Ministro Saraiva Guerreiro ao plenário, embora um minuto antes tivesse passado, afinal, a autorização para a viagem do Presidente da República, o Sr Luís Viana Filho (PDS-BA) não resistiu à tentação de uma tirada humorística:

— Mas V. Exa. deve se dar por muito satisfeito, porque entre os presentes se encontra o Senador Vicente Vuolo.

Os dois Mato Grosso juntos têm uma verdadeira bancada fora do plenário: além do Sr Vuolo, costumam aparecer muito pouco os Srs Pedro Pedrossian e Benedito Canelas, o primeiro do Sul e o último do Norte. Geralmente, os poucos assíduos no Senado são homens muito atarefados em seus negócios particulares, como o Sr Amaral Furlan, de São Paulo e o Sr Benedito Ferreira, de Goiás, que na terça-feira entrará em licença valendo-se de um dispositivo novo na Constituição — à Emenda nº 13, de sua própria autoria — que permite agora aos parlamentares afastarem-se por quatro meses para tratar de interesses particulares e serem substituídos pelos suplentes.

Assim, na cadeira quase sempre vazia do parlamentar goiano, teremos por 120 dias uma figura nova, o Sr José Caxeta. Outros senadores que nos próximos dias darão chance aos seus suplentes são os Srs Gastão Müller (PP-MT) e Henrique La Rocque (PDS-MA).

DESMORALIZAÇÃO

As sessões fantasma — as de

recolhimento de assinaturas —

tornaram-se cada dia mais fre-

quentes nas Comissões Mistas.

Há diversas explicações para

isto. A principal, talvez, é de

que o resultado de Comissão

Mista não tem, na realidade,

maior significado. A emenda do

Deputado Edison Lobão (PDS-

MA), restabelecendo as eleições

diretas para Governador e Vice,

foi aprovada por unanimidade.

No plenário, só um representa-

nte do PDS, o Sr Lobão con-

firmando seu voto.

É comum se ouvir que na

Comissão o voto é técnico, no

plenário é político. Ainda esta

semana, o líder do Governo na

Câmara, Deputado Nelson Mar-